


## De Ana Maria à Severina: o patrimônio cultural afetivo, as emoções e memórias em Ceilândia/DF

*From Ana Maria to Severina: affective cultural heritage, emotions and memories in Ceilândia/DF*

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato

 <https://orcid.org/0000-0002-3183-4740>

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Universidade Federal do Mato Grosso

Sandra Maria Rodrigues

 <https://orcid.org/0000-0001-7631-7731>

Secretaria de Educação do Distrito Federal

**Resumo:** O presente artigo parte do estudo da História das Mulheres e também da Educação Patrimonial, seguindo as premissas do Patrimônio Cultural Afetivo, utilizando como ferramenta memórias femininas sobre a construção da então cidade-satélite de Ceilândia, zona periférica do Distrito Federal, e seus patrimônios culturais, institucionalizados e/ou afetivos, ligados, em sua maioria, à construção da dignidade e da cidadania de seus moradores, disponibilizadas pelo Arquivo Público do Distrito Federal - APDF. Visa promover o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural e da história local analisando o papel desempenhado pelas mulheres como transmissoras de valores, conhecimentos e histórias na região administrativa de Ceilândia/DF, que se estabeleceu a partir de uma Campanha de Erradicação dos Invasores – CEI –, trazendo análises e reflexões de Ana Maria, Antônia e Severina, visando contribuir com a visibilidade das memórias e histórias das mulheres e suas respectivas visões sobre a Ceilândia. São visões e memórias carregadas de força e sensibilidade.

**Palavras-chave:** Ceilândia – DF. Patrimônio Afetivo. História das Mulheres.

**Abstract:** This article starts from the study of Women's History and Heritage Education, following the assumptions of Affective Cultural Heritage, using as a tool women's memories about the construction of the satellite city of Ceilândia, peripheral zone of the Federal District, and its cultural heritage, institutionalized and/or affective, in the most part linked to the construction of dignity and citizenship of its people. It is available in the Public Archives of the Federal District – APDF. It aims to promote knowledge and appreciation of cultural heritage and local history by analyzing the role played by women as transmitters of values, knowledge and stories in the administrative region of Ceilândia/DF, which was established from a Campaign to Eradicate Invaders – CEI –, bringing analysis and reflections by Ana Maria, Antônia and Severina, aiming to contribute to the visibility of women's memories and histories and their respective views on Ceilândia. They are visions and memories charged with strength and sensitivity.

**Keywords:** Ceilândia – DF. Affective Heritage. Women's History.

Este artigo tece reflexões sobre as interfaces entre patrimônio cultural e as emoções que envolvem a história local e história das mulheres na Região Administrativa de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Ceilândia, na área periférica do Distrito Federal<sup>1</sup>. A pesquisa foi realizada com depoimentos colhidos e disponibilizados pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal – APDF. Esses arquivos fazem parte de um movimento promovido pelo APDF e a Universidade de Brasília no ano de 2002, que buscou mostrar as regiões administrativas do DF como produtoras de cultura e história.

O intuito da pesquisa é dar visibilidade ao patrimônio cultural, tanto o institucionalizado quanto o afetivo, por meio da educação patrimonial e das memórias femininas sobre história local da Região Administrativa de Ceilândia. As memórias em questão são catalisadoras para o surgimento de outras narrativas, no intuito de valorizar o papel desempenhado pelas mulheres como transmissoras de valores, conhecimentos e histórias na cidade de Ceilândia-DF.

Para que se compreenda as nuances que envolvem Ceilândia, as emoções sentidas pelas mulheres, representadas na pesquisa e estabelecidas pela sua formação é indispensável que se trate do contexto que permeou sua criação, um contexto conectado à criação de Brasília, visto que os moradores e moradoras que viriam a compor a população de Ceilândia são os “candangos”. O termo é direcionado ao sujeito histórico masculino, demonstrando a tentativa de invisibilizar a participação das mulheres no processo de construção de Brasília, mas refere-se às trabalhadoras e trabalhadores atraídos para a região pela construção da nova capital federal e pelas expectativas de ter uma vida nova e melhor. Contudo, antes mesmo da inauguração da nova capital, o governo federal já via os candangos sob uma outra perspectiva: na época eram vistos como invasores e invasoras na própria cidade que ajudaram a construir (VASCONCELOS, 1988).

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960 e antes mesmo de sua grande inauguração teve início o processo de remoção de indivíduos da RA I, o Plano Piloto e de suas proximidades; a ação levaria a outras do gênero, originando o que se chamou na época de “cidades-satélites”. Costa e Barroso (2015) consideram Brasília uma cidade invisível com sua história escondida por trás desses suntuosos monumentos. Para as autoras, a capital federal foi construída por esperanças e sonhos, mas também por lutas, dores e desilusões, referindo-se às frustrações vividas pelas pessoas que, tratadas como invasoras, em nome da estética pretendida para Brasília, foram jogadas em áreas distantes do Plano Piloto (COSTA & BARROSO, 2015).

A criação de cada cidade-satélite possui peculiaridades, no entanto, é possível observar um ponto em comum no período inicial: a pretensão de acabar com as instalações provisórias que acomodavam pessoas que trabalharam na construção da capital e seus familiares. As instalações circundavam a região central e planejada de Brasília, conforme nos coloca Mesquita (2016), e, naquele momento, eram consideradas invasoras, sendo transferidas para outros locais com péssimas condições de vida.

Pelas mãos dos candangos, o projeto urbanístico de Lúcio Costa e os croquis de Niemeyer saíram do papel e se transformaram na nova capital federal, moderna e planejada. Contudo, após a construção da cidade, esses candangos, outrora tão necessários, tornam-se um incômodo, fazendo com que fossem criadas as cidades-satélites do Distrito Federal. A criação dessas cidades possibilitou que fossem afastados do Plano Piloto. No ano de 1970 teve início a Campanha de Erradicação de Favelas (CEF), que mais

---

<sup>1</sup> O artigo é um recorte da dissertação de mestrado defendida no Profhistória/UFMT, em 2021, com o título: Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial.

tarde se tornaria a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). A então cidade-satélite<sup>2</sup> de Ceilândia surge nessa conjuntura representando a exclusão social dos candangos e seus familiares, tidos agora como invasores (MESQUITA, 2016, p. 21).

A concepção teórica da pesquisa foi fundamentada na escrita de mulheres e na tentativa de que não haja uma sobreposição, mas sim um entrelaçamento de saberes; além das contribuições teóricas de autoras renomadas, temos também as contribuições das vivências de Dona Toinha, de Dona Ana Maria e de Dona Severina, que são algumas das mulheres que participaram do surgimento de Ceilândia e são detentoras de histórias e saberes extraordinários.

Assim como o filósofo grego Parmênides, em seu poema intitulado “Da Natureza”, compreende-se a cultura e a História como luzes que se deslocam sobre o tempo e que, ao iluminar pessoas ou lugares, revelam-nos como se nunca houvessem existido, no entanto, sempre estiveram lá, só não haviam sido iluminados.

### **Patrimônio afetivo**

Quando dialogamos sobre patrimônio afetivo, nos reportamos à historicidade do patrimônio cultural no Brasil. Isso porque, conforme nos coloca Márcia Chuva (2009), diante das diferentes conjunturas, a inserção de novos conceitos e métodos proporcionaram um novo prisma onde foi atribuído ao Estado um novo papel e a ampliação da noção de patrimônio.

A abertura promovida teve como vantagem a aproximação da população com o patrimônio cultural, contudo, ainda segundo a autora, gerou alguns desafios em virtude da banalização, pois “tudo era visto como patrimônio”. Dessa forma se fez necessária uma rigidez na metodologia empregada. Portanto, ao se falar de patrimônio afetivo, é fundamental que o olhar seja voltado para a compreensão dos significados, simbolismos e representatividades movidas por determinados locais para a sua comunidade.

A verificação no dicionário nos trouxe uma série de sentimentos e emoções ligados ao termo afetividade, entre eles: amizade, amor, apego, carinho, ternura, devoção, fraternidade, simpatia, respeito, apreço, admiração e afeição. Um conceito plural, que desencadeia um elo; conforme Leite (2005, p. 105), os afetos “possuem um caráter universal, são expressivos e, sem exceção, comunicativos no sentido de que implicam em contágio.” Ainda segundo a autora,

Os afetos se acumulam pelos costumes e neles se preservam. São aprendidos e expressam sempre um sinal para o OUTRO, cujo significado pode ser interpretado pela função denotativa da língua. Os afetos fazem parte integrante da espécie humana e também são possuidores de caráter social. (LEITE, 2005, p. 106)

Ao analisarmos as definições de afeto, compreendemos que dentro da perspectiva do patrimônio cultural o termo se alarga, sai do campo dos sentimentos e interfere incisivamente no das ações.

Sandra Pesavento (2007), ao discorrer sobre a história das sensibilidades na obra coletiva *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*, publicada do ano de 2007, nos coloca que deve fazer parte do pensamento historiográfico e do ofício do

---

<sup>2</sup> O termo Cidade-satélite é utilizado para denominar cidades criadas ao redor da região central de Brasília; o decreto 19.040, de 18 de fevereiro de 1998 proibiu o uso da expressão “cidades-satélites” em documentos oficiais, por ser considerado um termo pejorativo.

historiador, pois, segundo a autora, as sensibilidades se constituem em atos, rituais, imagens, palavras e também em lugares e edificações. São “[...] as sensibilidades de um outro tempo e de um outro no tempo, fazendo o passado submergir no presente” (PESAVENTO, 2004). Assim, as cidades, e seus espaços, também precisam ser lidas em processos dotados de sensibilidades

Outrora desconsiderada, a existência de elos afetivos dos moradores com o patrimônio cultural local deve ser levada em consideração na realização das escolhas relativas à institucionalização do mesmo. Pesavento (2002) evidencia que historicamente a perspectiva afetiva não foi considerada e que, no tocante ao tombamento do patrimônio cultural, as perspectivas comumente levadas em consideração são econômicas, técnicas e políticas. Quando levamos em consideração a sensibilidade para a leitura desses lugares de referência “[...] estamos conscientes de que eles estão impregnados de memória e de significações que se constroem e se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades” (FENELON, 1999, p. 289).

Desse modo, compreende-se que o patrimônio cultural afetivo pode ser sistematizado, entre outros meios, pela coleta de dados, juntamente a pessoas ligadas afetivamente aos lugares, relatos orais e mapas afetivos. Quando o patrimônio cultural é discutido, é necessário que se perceba toda a complexidade presente nessa discussão, visto sua multiplicidade de sentidos, os momentos históricos e os contextos sociais que ressignificam a visão sobre o patrimônio cultural.

Assim, destacamos que o patrimônio afetivo está sujeito a uma aceitação e a um vínculo maior. Essa representatividade tem grandes chances de contemplar identidade e pertencimento, diferentemente do viés do patrimônio cultural convencional e burocrático, cabendo aqui salientar que a união do lphan e de membros da comunidade são fundamentais para que se alcance esse patamar. A geógrafa Gravari-Barbas (2014, s/p) nos traz que “o patrimônio deriva do valor humano das pessoas, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados.”

Memória e identidade atreladas aos valores afetivos de determinada comunidade possibilitam que o patrimônio cultural se renove e se atualize adquirindo ressignificações, potencializando e promovendo aproximações da comunidade com os bens patrimoniais. Patrimônios afetivos se apresentam como estímulos aos habitantes da cidade, visto que os patrimônios em questão foram identificados e escolhidos por eles, são locais que explanam suas histórias e experiências culturais, que representam sua identidade e a herança que querem legar para as futuras gerações por ser algo de valor simbólico, histórico e emocional.

## **Patrimônio Cultural e História das Mulheres**

O machismo presente em nossa sociedade perpetua a ideia de que as mulheres são inferiores aos homens nos sentidos físicos e intelectuais. A cultura do patriarcado, presente em diversos tempos e civilizações, tem a dominação masculina como padrão normativo, valorizando o poder masculino, enquanto enfraquece o poder feminino, colocando as mulheres em posição de submissão na forma de comportamentos sociais ensinados e esperados. A desconstrução dessa prática deve ser instituída em todos os campos, visto que o machismo e o patriarcado estão presentes de maneira estrutural em nossa sociedade.

A invisibilidade feminina foi uma constante durante um longo período na historiografia, e um dos fatores que contribuiu para tal fato é que fontes históricas foram analisadas, escritas e narradas através da ótica masculina. Os princípios de uma sociedade

patriarcal guiaram também as narrativas históricas, delegando às mulheres papéis de pouca relevância dentro da história. Nas palavras de Perrot (1988),

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. [...] Célebres - piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História (PERROT, 1988, p. 185)

A respeito da “ausência” das mulheres na história, June E. Hahner (1981) diz:

Os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico (HAHNER, 1981, p. 14)

O sujeito histórico da história positivista era dotado de algumas características básicas: homem branco, de posses e heterossexual, conforme afirma Joana Pedro (2005). A “forma de escrever a história, costumeiramente chamada de ‘positivista’, ou às vezes ‘empirista’, dava destaque a personagens, em geral masculinos [...]” (PEDRO, 2005, p. 83).

Apenas no século XX a historiografia movimentou-se no sentido de incluir sujeitos e sujeitas históricas com características diferentes. No entanto, algumas práticas da história do século XIX se estendem no modo de se fazer história, presente durante séculos, e ainda não foram totalmente ultrapassadas. Apesar da inserção dos sujeitos e sujeitas invisibilizadas, a escrita da história ainda tende a separá-los e separá-las do todo, como se a história de fato pertencesse a poucos.

Scott (1995) nos traz que a inserção das mulheres na história, até então escrita por homens e sobre homens, se deu somente por meio de lutas e esforços em inúmeros campos, rompendo assim com as imposições das formas de escrita da história tidas como tradicionais. Contudo, é importante ressaltar que segundo a historiadora Mary Del Priore (1997), nesse momento inicial, o estudo sobre as mulheres era desacreditado e apenas tolerado entre os historiadores. Cabe salientar que o trabalho aqui apresentado não enseja tratar da “verdade”, mas sim pontuar sobre uma história e um ensino de história plurais.

Há uma separação da história, e a esses sujeitos são delegados somente alguns espaços. A separação em questão é abordada por Joan Scott (1995), em seu artigo “Gênero como categoria útil de análise histórica”.

A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixemos as feministas fazerem a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”) (SCOTT, 1995, p. 74).

Segundo a coleção *Patrimônio em feminino* (2019), a Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovida pela Unesco em 2003 e legitimada pelo Congresso do Chile em 2008, concebeu uma ampliação conceitual na qual “o conceito de patrimônio, reformulado e em permanente extensão para novos ‘objetos’ e ‘sujeitos’, é um espaço fértil para pensar a perspectiva de gênero sem concessões

reducionistas.”.

Visibilizar mulheres e suas memórias nos ajuda a perceber desigualdades, assim como estruturas sociais marcadas por princípios patriarcais e papéis de gênero pré-concebidos, que se perpetuam ao longo dos séculos e gerações; e a realização de pesquisas e ações em que as mulheres são tidas como figuras centrais, proporciona percepções diferentes das usuais, contribuindo, desse modo, para reflexões sobre o papel e presença das mulheres em nossa sociedade.

A coleção *Patrimônio em feminino* (2019) nos traz que os poderes públicos são responsáveis, através dos instrumentos de ação, por promover a igualdade real e efetiva entre mulheres e homens, e, dentro desses instrumentos, a cultura também possui seu pequeno enredo: o de realizar atividades que promovam a igualdade e a equidade de gênero, desenvolvendo projetos que tornem as mulheres visíveis na história, nas artes e na literatura.

A percepção do patrimônio cultural como ferramenta política ideológica colabora em dar amplitude ao contexto histórico e cultural. As conjunturas sociais que norteiam a escrita da História e os processos de patrimonialização tem como constante a invisibilidade feminina, e a partir de estudos realizados nos âmbitos de memória e esquecimento e história do cotidiano, juntamente com os estudos de gênero, é que a participação das mulheres na história será ressignificada.

Segundo a Unesco, o patrimônio visto sob o viés do gênero evidencia o quanto as mulheres e suas memórias são pouco conhecidas e também desvalorizadas no que se refere a serem sujeitos históricos e participantes ativos da perpetuação da memória e do patrimônio coletivo, sendo suas memórias - e elas próprias - mantidas invisibilizadas.

As reflexões sobre patrimônio cultural e gênero podem oportunizar uma nova perspectiva para a educação patrimonial, com enfoque na igualdade. A educação patrimonial se apresenta como uma importante ferramenta na discussão da igualdade de gênero e em dar visibilidade para as memórias femininas. Tal discussão tem muito a agregar na dinâmica da prática pedagógica e nas relações dos alunos e alunas com o estudo de gênero, contribuindo, dessa forma, com um ensino de história que promova a igualdade, a visão crítica e a consciência.

Ao se explorar a cidade e suas histórias sob a ótica das mulheres e suas narrativas, podemos compreender, entre outros elementos, os espaços e as práticas sociais pré-estabelecidas para homens e mulheres. Claramente não temos a intenção de explorar a memória feminina somente através desse viés, no entanto, não podemos ignorá-la, visto que influi nas experiências das mulheres e em suas memórias. Joan Scott (1995, p. 14) coloca que gênero é um “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Arelar a perspectiva do estudo da história das mulheres aos estudos relacionados à cidade e seu patrimônio cultural é compreender os elementos da cidade, que conforme a visão de Perrot (2005) é um “espaço social, étnico e sexuado”.

Ser mulher consiste em uma identidade e um papel social pré-concebidos socialmente. Sobre isso, Guacira Lopes Louro (2008, p. 17) afirma que ser mulher é um “modo de ser e de estar no mundo”, não vem de um único ato, se constitui partindo de construções e narrativas diversas. Ao ensino de história cabe constantemente reconstruir narrativas, mostrando o passado como uma análise pertinente ao próprio período no qual se insere; análises que por meio das reflexões históricas possam ser ressignificadas.

Sobre a associação da história das mulheres e da história oral, Joan Scott (2008) nos traz que a escrita da história das mulheres deve se constituir de fundamentos investigativos

diferentes dos utilizados na historiografia tida como tradicional. Compreende-se então uma reescrita da história pelo viés das mulheres, convertendo-as, desse modo, em sujeitos históricos complexos e diversos, ressaltando que

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas [...] (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 14).

Sara Beatriz Guardia, fundadora e diretora do Centro de *Estudios La Mujer en la Historia de América Latina* aponta que “a reconstrução do passado feminino supõe uma mudança de paradigma. Reformular as categorias de análise histórica e, portanto, reescrever a história de uma alternativa de oposição com novos modelos interpretativos” (Guardia, 2005, p. 20). Ao reformular a análise histórica sob o viés da história das mulheres e suas memórias é necessário a expansão das fontes utilizadas, visto as colocações já postas, e, a partir dessa escolha, a história oral surge como uma importante contribuição para o desenvolvimento de estudos que envolvam história das mulheres e memórias femininas. A história oral, presente no trabalho, se dá na forma dos depoimentos disponibilizados pelo APDF, viabiliza a participação dessas mulheres nos estudos da história.

Neste sentido ao darmos visibilidade às histórias e memórias de Ana Maria, Antônia e Severina sobre Ceilândia e sobre elas próprias, se possibilitam outras interpretações da concepção de patrimônio cultural pelo ‘olhar feminino’, o qual traz consigo as ‘agruras’, as superações, os percursos, o saber e fazer dessas mulheres em Ceilândia.

### **Ana Maria de Jesus**

Ana Maria de Jesus, baiana da cidade de Santana do Brejo, não se lembra da data de seu nascimento, somente que nasceu no mês de novembro, mas lembra da sua chegada à Brasília no ano de 1960. É mãe de sete filhos e exerceu a profissão de empregada doméstica durante quase toda a sua vida. Moradora da Vila do Iapi, ela e sua família foram transferidas para Ceilândia no ano de sua inauguração, em 1971.

Sobre seu trabalho como empregada doméstica, Ana Maria relata, durante sua entrevista, que começou ainda na infância, quando foi “vendida”. Ela explica que o patrão de seu pai pagou para que toda a família viesse para Goiás e que, durante muito tempo, ela trabalhou para pagar as despesas da viagem. As dificuldades da vida adulta também são relatadas: “Eu ia trabalhar no Plano de faxineira, diarista, lava, passa, com a barrigona prculá e às vezes faltava o leite, faltava o gás, faltava o arroz, tinha dia que eu comia folhinha de abóbora com arroz, porque não tem um dia que não falta.”

Dona Ana, como é conhecida em Ceilândia, conta que ainda guarda as tábuas usadas na construção do seu barraco e relata também que nunca foi muito de sair de casa, pelos ciúmes do marido, com quem, na ocasião da entrevista, se mantinha casada há 37 anos: “meu marido tinha aquele ciúme, que eu era novinha”. Demonstra muito orgulho por seu marido ter contribuído nas construções da capital, principalmente na construção da Igreja Nossa Senhora de Fátima, localizada na quadra 308 da Asa Sul, que foi o primeiro templo construído em Brasília. Demonstra também orgulho de si quando conta que foi ela sozinha, mesmo enfrentando cobras, que capinou todo o mato do lote em Ceilândia, para o

qual foi removida. Outro motivo de orgulho para essa moradora de Ceilândia são seus “filhos estudados”, deixando claro que ela se esforçou muito: “hoje num tem um fio prá sentar e falar assim ‘minha mãe num pegou na minha mão prá estudar.’”

A luta de Ceilândia por infraestrutura básica marca a história e a memória de D. Ana, que mais uma vez fala da mulher forte que é, ao contar dos muitos litros de água carregados antes da construção da caixa d’água de Ceilândia; mesmo grávida, a baiana Ana Maria de Jesus continuava a carregar a água necessária para os afazeres domésticos e a higiene da família, e, segundo ela, o esforço fez com que algumas gestações não se mantivessem e também que alguns de seus filhos não sobrevivessem ao parto.

Apesar de toda a luta e as dificuldades, Ana Maria de Jesus diz não se arrepender de ter ido morar em Ceilândia. Afirma que foi a realização de um sonho: “Então eu pedia a Deus, eu falava assim, ‘um dia eu ainda hei de ter o meu cantim prá mim morar e dizer que é meu’. Porque é meu aqui.” Apesar de demonstrar satisfação sobre sua moradia, ao ser perguntada se gostaria de falar algo mais, D. Ana finaliza dizendo que não tem uma “vida boa”, nas palavras dela: “A minha vida eu nem falo, que o sofrimento que eu já tive, se eu fosse sentar um dia, uma noite, um ano, três anos, quatro anos é pouco.” O não falar das mulheres faz parte da já citada construção social do feminino. Ler sobre D. Ana Maria, sua vida e suas histórias nos faz querer saber mais dessa e de outras mulheres de Ceilândia.

### **Antônia Alves da Silva**

Antônia Alves da Silva, a Toinha, nasceu no dia 5 de junho de 1947, natural de Esperantina, no Piauí, é solteira e mãe de cinco filhos, estudou até a 5ª série, trabalha desde os 11 anos de idade, primeiro como empregada doméstica, depois como revendedora de cosméticos e, por fim, como feirante, profissão que mantinha até a data da entrevista. Chegou em Brasília em 1965, motivada pela busca de uma vida melhor: “éramos quatorze irmãos, hoje nós somos treze, então lá no Nordeste é muito difícil. Viemos nove irmãos para cá.” Toinha relata muitas dificuldades para conseguir se manter em Brasília. Logo na sua chegada foi acometida por uma doença e passou dois meses internada. Após sua saída do hospital, segundo a feirante, ela foi para casa de algumas pessoas que gostaram muito dela e a acolheram. “É, eu fiquei na casa dela 2 anos, trabalhando pela comida e era babá dos filhos dela, aí de lá eu... Trabalhei um bocado de doméstica lá no Gama”.

Após o abandono do marido, Toinha e suas duas filhas, uma delas nascida em julho de 1969 e a outra em dezembro de 1970, passaram a residir na Vila do Iapi, mas as dificuldades fizeram com que ela entregasse a filha mais nova para ser criada “por alguém com condições”. Em 1971, com a implementação da CEI e a criação da Ceilândia, a piauiense foi removida da vila operária e recomeçou sua vida, levando consigo sua filha biológica e também um menino de oito anos, que ela adotou informalmente.

Dona Toinha fala que se orgulha de não ser casada e trata também das dificuldades enfrentadas no início de Ceilândia, que era sem asfalto, água e energia elétrica, mas fala também sobre tudo que a RA conquistou. Conta suas memórias com alegria e orgulho sobre Ceilândia e sobre ser ceilandense: “Eu me sinto orgulhosa de ser ceilandense, até eu falo assim, olha eu vim para Ceilândia, acreditei e fiquei, e os que não ficaram hoje estão chorando de arrependido”. D. Toinha exalta Ceilândia e o governo responsável pela criação da RA, e finaliza a entrevista declarando seu amor a Ceilândia e dizendo também que estava fazendo aniversário: “eu acho que foi muito importante para nós, nossa cidade maravilhosa aí, Ceilândia, eu amo Ceilândia. Eu amo, e hoje é dia do meu aniversário.” A entrevista de D. Toinha é repleta de otimismo e gratidão, ela, com todos os benefícios e



malefícios contidos nessa atitude, apesar das dificuldades se veste de alegria e se reconstrói.

### **Severina Etelvina do Nascimento**

Nascida no dia 27 de abril de 1933, em São José do Egito, cidade localizada no estado de Pernambuco, Dona Severina chegou em Brasília no ano de 1962 e foi morar na Vila Operária do IAPI. Mãe de 14 filhos, sendo quatro falecidos, Severina nos conta que, pelas dificuldades, estudou até a 5ª série e que depois se casou, teve filhos e não concluiu os estudos: “Casei-me e fui criar a família e lutar e não... cadê escola? Nunca mais.”

Dona Severina, ao chegar na vila do IAPI, montou um restaurante, que, nas palavras dela, é “um restaurantzinho, um barraquinho de tábuas.” Essa senhora faz questão de ressaltar “que era tudo limpinho, arrumadinho” e que, com as marmitas vendidas, supria as necessidades de sua família e demais agregados, que assim como ela chegavam constantemente da região Nordeste durante os períodos de desemprego de seu marido. Com a transferência para Ceilândia, apesar das muitas tentativas, não foi possível reabrir o restaurante.

D. Severina discorre sobre as dificuldades enfrentadas pela falta de água, luz e também pela presença de muito mato e animais como “cobras de duas cabeças e minhocoçu”; nos coloca também os obstáculos em criar seus filhos nessas condições. No entanto, fala feliz que, apesar de tudo, eles “venceram na vida”.

Durante a entrevista, muitas vezes, apesar de as perguntas serem direcionadas a ela, o marido de Severina também participa, inclusive solicitado por ela em alguns momentos, e em outros por conta própria. Ao final da entrevista, ao ser questionada se queria dizer algo a mais ela enfatizou a verdade das suas histórias, como se houvesse uma desconfiança em torno de suas palavras. “Pode botar onde você quiser, que o que eu disse aqui é verdade. É, está tudo em cima da linha, correta.” Evidenciando a constante desconfiança que cerca as mulheres e suas histórias.

### **Ceilândia e sua criação**

A criação de Ceilândia faz com que se pense a construção de Brasília sob uma perspectiva diferente da apresentada pela história oficial, uma perspectiva que traz a negligência do Estado ao tratar da remoção dos trabalhadores para regiões afastadas do Plano Piloto e sem estrutura básica, mas traz também a união de uma população na busca por dignidade e cidadania, valores que permeiam a história de Ceilândia, assim como o seu patrimônio cultural.

No início da década de 1960, a política nacional estava passando por um momento de transformação: novos caminhos estavam sendo trilhados e Brasília seria a materialização dessas ideias, contudo a busca pelo novo manteve-se somente no estilo arquitetônico. Segundo Alves (2004), o que se observou no processo de construção de Brasília e do DF foi a velha política brasileira.

Apesar de Brasília ter sido concebida como uma cidade ideal, como uma “*urbs*” – um ambiente arquitetônico planejado –, percebe-se que ao longo da História vem se transformando em um organismo vivo e contraditório, uma cidade que, como tantas outras, tem muitas comunidades e identidades. Brasília, símbolo do novo Brasil, insinuava a modernidade em ação, materializando um momento de pré-maturidade em busca de um

novo centro, de estabilidade e ordem social, no qual o complexo de inferioridade e a passividade pareciam estar superados (ALVES, 2004, p. 128.).

De acordo com Amann, 1987, durante a construção, trabalhadoras, trabalhadores e suas famílias eram alocados em acampamentos provisórios, visto que a intenção era que após o término da construção essas pessoas retornassem a suas cidades de origem, instituídas nas proximidades do Plano Piloto. Contudo, a missão incumbida a Juscelino Kubitschek de convencer a população a migrar para o centro oeste foi muito bem sucedida, e os acampamentos, que seriam provisórios, se tornaram permanentes, destoando com tudo que fora pensado para Brasília.

Apesar da tentativa de começar Brasília sem levar em consideração as adversidades já existentes no país, essas não se mantiveram distantes da capital. Após a finalização da construção, essas adversidades ficaram ainda mais evidentes na nova cidade, visto que a grande massa trabalhadora, vinda para a construção, agora não era mais necessária, mas ainda compunha esse cenário. Segundo Costa e Barroso, 2015, o Estado negava às trabalhadoras e aos trabalhadores o direito de residir na capital, para que os problemas que essa parte da população representava não fizessem parte de Brasília.

Desse modo, Brasília passou a apresentar um cenário de segregação planejada, intensificando desigualdades e discriminações; “não se deveria deixar que se desenvolvesse a periferia de miséria operária” De um lado, a modernidade arquitetônica e urbanística e, do outro, os antigos conflitos sociais do país, não observados ou planejados (HOLSTON, 1993, p. 257 *apud* MESQUITA, 2016, p. 20).

Os trabalhadores e trabalhadoras lutavam para se manter na capital e a pressão da população fez com que, em 1958, a Novacap promovesse a expansão urbana, inaugurando assim a cidade-satélite de Taguatinga dois anos antes da inauguração de Brasília (HOLSTON, 1993 *apud* MESQUITA, 2016, p. 06).

Diante desse contexto, a luta por moradia e emprego criou preocupações não só na população, mas também no governo, que durante o período de construção negou as adversidades presentes no país – adversidades que faziam parte da própria estrutura de construção da capital federal e se enraizaram na sociedade e território brasiliense (MESQUITA, 2016). O Estado, em nome do projeto que tinha para a nova capital, tratou as famílias construtoras de Brasília de maneira excludente e segregacionista, evidenciada pela formação das cidades-satélites.

A crueldade com que os migrantes foram tratados pela gestão de JK muitas vezes é esquecida para que se enalteça o projeto inovador e pioneiro do então presidente. Entretanto, as histórias das cidades satélites são a prova de que o ideal de desenvolvimento pretendido para Brasília não estava relacionado ao desenvolvimento social daqueles que mais precisavam e, de que o Brasil antigo foi ignorado, mesmo sendo vizinho do “novo Brasil” representado por Brasília. Ramificação diferente de uma mesma história é o caso de Ceilândia, objeto deste estudo e outra cidade satélite advinda dos processos excludentes que transpassaram a história da capital (MESQUITA, 2016, p. 20-21).

A solução encontrada pelo governo foi erradicar as invasões que se instalavam nas redondezas do Plano Piloto, área nobre e central de Brasília, pois o planejamento da nova capital não era voltado somente para os aspectos urbanísticos, o plano se estendia para o tipo de morador que se pretendia para a cidade.

[...] as teias da trama cotidiana dos acampamentos de operários transferindo-os não apenas para uma nova 'cidade', mas para um não-lugar. Laços de identificação foram rompidos pela segunda vez – a primeira quando trocaram suas terras natais por melhores oportunidades na capital da nação (LEITE, 2016, p. 69).

As pessoas que foram atraídas pelo discurso de JK não deixaram a capital após a finalização da construção da capital, os acampamentos provisórios se transformaram em vilas operárias, entre as vilas estão: a Vila do Iapi (tem-se esse nome pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), Vila Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Colombo e os morros do Urubu e Querosene. Segundo depoimento oral colhido e disponibilizado pelo APDF de Antônia Alves da Silva, a Dona Toinha, piauiense que chegou em Brasília no ano de 1965, as vilas de operários eram repletas de precariedades. Sobre a Vila do IAPI, vila da qual os moradores seriam posteriormente removidos para Ceilândia, ela nos traz que

A vida lá era muito difícil. Porque lá eram barracos e mais barracos, muito pequenininho, só cômodozinho assim, inclusive o meu barraco ele era feito só de tabuazinha, tinha até essas tábuas de caixa de maçã, você vê, eles pegavam as caixas, abriam e eles faziam tipo assim, bem dizer quase de papelão, então era muito difícil. (Depoimento Antônia Alves da Silva - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p. 8)

Mesmo antes da inauguração oficial de Brasília, programas que incentivavam o retorno dos imigrantes para suas cidades de origem já eram uma das ferramentas governamentais no combate às vilas operárias. O combate se intensificou com a criação das cidades-satélites, criadas no intuito de dissipar as "invasões", com esse intuito foram criadas as cidades-satélites de Taguatinga, no ano de 1958, Sobradinho, em 1959, e Gama, em 1960. As criações das cidades-satélites, segundo a proposta de Lúcio Costa deveriam acontecer somente após a ocupação completa do Plano Piloto (TAVARES, 1981, p. 68).

O crescimento da cidade é que ocorreu de forma anômala. Houve uma inversão que todos conhecem, porque o plano estabelecido era que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500 a 700 mil habitantes. Ao aproximar-se desses limites, então, é que seriam planejadas as cidades-satélites, para que essas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas, arquitetonicamente definidas. Esse era o plano proposto. Mas ocorreu a inversão, porque a população a que nos referimos (os candangos) aqui ficou, e surgiu o problema de onde localizá-la [...]. Daí a criação de núcleos periféricos, para transferir as populações, dando terreno para que se instalassem de uma forma ou de outra. Como consequência, os núcleos transformaram-se em verdadeiras cidades, as chamadas cidades-satélites, que tomaram o lugar das cidades-satélites que deveriam ocorrer. Assim, as cidades-satélites anteciparam-se à cidade inconclusa, cidade ainda arquipélago, como estava - agora já mais adensada mas ainda não-concluída. A cidade ainda está oca. Entretanto, dois terços da população de Brasília mora nessa periferia, o que foi, naturalmente, desvirtuamento" (COSTA, 1974, p. 26 *apud* DERNTL).

Com a conclusão das obras e a inauguração de Brasília, em 1960, um dos muitos planos para essa nova etapa era que apenas um terço da mão de obra trabalhadora continuasse na capital, e essas pessoas, ainda segundo os planos, deveriam se dedicar a atividades agrícolas em áreas afastadas da região central da cidade (MESQUITA, 2016). Da

mesma forma que escolheram onde os prédios seriam construídos, escolheram também onde os moradores construiriam suas vidas. A população que se pretendia para Brasília já estava pré-determinada no momento de seu planejamento, contudo, Ammann (1987) nos traz que a maioria dos trabalhadores que tinham o perfil esperado para um cidadão brasiliense, pessoas qualificadas e de alto padrão social como engenheiros, administradores e arquitetos não tinham como plano se fixar na cidade. A parte da população trabalhadora que optou por permanecer na recém-construída capital foram os trabalhadores braçais que não faziam parte do perfil pretendido (MESQUITA, 2016).

A criação das cidades-satélites não conseguiu conter o crescimento das Vilas operárias que recebiam novos moradores a cada dia, contudo, a população moradora dessas vilas se deparou com uma nova justificativa para sua saída da área: as vilas operárias se localizavam em uma área chamada de anel sanitário, e a população corria um sério risco com o saneamento básico da capital (AMMANN, 1987, p. 36).

Tavares (1981) nos traz ainda que esse é um marco no que diz respeito à exclusão social no DF, visto que a justificativa apresentada para a retirada da população pobre, que era a preservação da bacia hidrográfica do Lago Paranoá, serviu somente para o afastamento dessa parte da população, pois, após a remoção dos moradores das vilas operárias, a população de classe média e alta foi beneficiada com a criação das cidades-satélites do Guará, do Lago Sul e a ocupação da península do Lago norte. Todos os locais citados se encontram dentro do anel sanitário responsável pela remoção das vilas operárias (TAVARES, 2009, p. 68).

Safira Bezerra Ammann (1987) aponta as possíveis causas para a expulsão das famílias das proximidades do Plano Piloto, segundo a autora os governantes consideravam que as “invasões” traziam uma imagem ruim à capital federal “enfeando a paisagem”, principalmente quando a cidade era vista de cima nos aviões que a sobrevoavam. Ammann diz que as áreas estavam inicialmente destinadas para a construção de um setor de mansões, já que a área era muito próxima ao Plano Piloto (AMMANN, 1987, p. 21). A autora ainda define essa questão como “saneamento estético”, destacando que se trata de uma política de ocupação do espaço urbano planejada e organizada pelo Estado, uma vez que a proximidade das vilas com o Plano Piloto seria prejudicial à cidade e à imagem que se pretendia para ela (AMMANN, 1987, p. 21)

Apesar da resistência por parte dos trabalhadores e trabalhadoras moradoras das vilas operárias, as remoções na Vila do Iapi, principal vila que deu origem à Ceilândia, tiveram início no dia 27 de março do ano de 1971, a programação de remoção previa: a retirada de 35 barracos por dia.

### **CEI – Campanha de Erradicação de Invasões**

A partir do ano de 1969 foi criada a Campanha de Erradicação de Invasões – CEI, que tinha como objetivo remover os “invasores” das proximidades do Plano Piloto, segundo Ramos (2010), mesmo com as realocações de moradores para as cidades-satélites coordenadas pela Novacap no decorrer dos anos anteriores. Em 1970, cerca de cem mil pessoas viviam em condições de favelados em áreas próximas ao Plano Piloto. A proposta de remoção apresentada pelo governo traz o seguinte plano:

[...] não era somente construir a casa ou o apartamento para o favelado. Mas, promover um processo onde houvesse uma adesão de ideias de remoção, uma participação de todo o núcleo de família, e oferecidas as condições de construção da casa própria pelos favelados, num ambiente

dotado de equipamentos comunitários básicos – água, luz, escola, hospitais etc. – que posteriormente seriam ampliados. Portanto, algo novo do que se fizera, anteriormente. O propósito maior era o de integrar uma população marginalizada dentro de um novo tipo de comunidade organizada, assegurando-se a ela melhores condições de vida e de bem-estar social, e criando-se, nela, se possível, com o tempo, uma elevação do nível de aspiração social e intelectual (VASCONCELOS, 1988, p. 60).

Em 27 de março do mesmo ano, a CEI tomou forma. O governador Hélio Prates lançou a pedra fundamental de Ceilândia e começou o processo de remoção e realocação dos moradores. Em sua maioria, as famílias vinham da Vila do Iapi, diferente do que o documento oficial afirmava. O processo de remoção e alocação foi agressivo e irresponsável, pois os moradores foram, em sua maioria, removidos contra sua vontade e largados em meio ao cerrado a poeira, abandonados em condições precárias. “Nota-se a intensificação de um processo de exclusão socioespacial na capital federal que tem seus remanescentes até os dias de hoje” (MESQUITA, 2016, p. 23).

A segregação planejada que marcou a sociedade do DF já em seus primeiros anos culminou numa série de outros problemas aos remanejados. Além dos problemas de falta de infraestrutura, a transferência ocasionou considerável redução de renda. Foram muitas as dificuldades, uma vez que a “distância e os elevados custos de transporte contribuíram para que estes trabalhadores não chegassem mais ao centro urbano planejado que ofertava os serviços que eles executavam, de mão-de-obra barata” (OLIVEIRA, 2007, p. 105 *apud* MESQUITA, 2016, p. 24).

Sobre a remoção dos moradores para Ceilândia, o depoimento oral de Dona Toinha corrobora com o já colocado:

[...] hoje dava a ordem, a gente ia desmanchava o barracinho, e passava a noite lá no relento, e no outro dia cedo o caminhão chegava, quando o caminhão chegava lá eles tinham o pessoal que iam no caminhão. [...] Eles só faziam aquela estradinha, e estava piquetado os lotes, só isso, não tinha mais nada. [...] o mato, as árvores, tudo lá no mesmo lugar não limpavam nada, tinha era minhoca, aqueles minhocões dessa grossura assim. [...] eu cheguei e botei meus... minhas.... quando desmancha o barraco lá já acabou tudo, as telhas eram de chapa asfalto, as madeirinhas acabaram, a gente pegou um pedacinho de lona, botou uns pauzinhos lá e cá e ficou debaixo (Depoimento Antônia Alves da Silva - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p. 8)

Sobre a remoção da Vila do Iapi e a chegada em Ceilândia, a senhora Ana Maria de Jesus nos traz informações relevantes no sentido de conhecermos a realidade a qual os primeiros moradores e moradoras de Ceilândia eram submetidos:

O mato, pau para cortar, a fazer um lugarzinho de botar o colchão ali em cima de uma tábuas, a lona a gente não tinha, botava era cobertor sabe? Fazia assim de tábuas para entrar, quando chovia a gente ficava podia dizer na chuva, eles trabalhavam a noite toda emendando pedaços de tábuas para a gente ficar dentro. Aquele mato, aquele matão assim, eles cortavam aquelas madeiras e como nós... ele ia trabalhar no outro dia na firma e eu ficava capinando. Tinha até cobra, que era mato mesmo. (Depoimento Ana Maria de Jesus - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p. 10)

Durante o processo de remoção, os recém-chegados encontravam apenas estacas de madeira demarcando lotes em meio ao cerrado desmatado. Segundo Leite (2016), desde a chegada na área a população já teve que reivindicar condições mínimas de infraestrutura, como água, iluminação pública e saneamento básico, sendo atendidos com o mínimo e de forma ainda precária apenas meses depois. Em seu depoimento ao APDF, D. Toinha fala da questão do abastecimento de água e também da indignação que a falta dela causava:

[...] essa era a história mais séria, porque a gente botava os tamborzinhos lá fora, as vezes de oito em oito dias que o carro pipa vinha colocar água, aquela água era ouro. Tinha mãe de família que banhava 5, 6 filhos numa bacia só, botava a agüinha ali, trazia o menino, começava pelo menorzinho, banhava o menorzinho ia botando, chamando o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto na mesma água, o maior que levava desvantagem que tomava... pegava a água mais suja, era assim, a roupa a gente lavava na bacia também e as vezes de noite o pessoal ainda vinha e roubava a água. [...] eu lembro que uma vez lá em casa não tinha água prá nada, na rua ninguém tinha água e estava difícil, eu fui na CAESB, cheguei lá e fui falar com o chefe e ele me disse que... 'Não, Brasília quando começou também num tinha água não.' E eu disse para ele 'olhe, mais eu num vim atrás dessa... dessa palavra não senhor, eu tô falando, que se o senhor for na minha casa agora e cair um cisco no seu olho se tiver que colocar uma gota d'água, o senhor vai ficar com o cisco no olho, porque água não tem, e minhas crianças estão com fome, e não tenho como fazer a comida, então o senhor vem me dizer que Brasília começou, será que na sua casa não tem água também? Então eu quero resolver o problema não só meu, mais de quem está lá com sede viu doutor? E eu só vou sair daqui quando tiver o carro pipa para mim ir com ele lá levar água.' Aí ele disse, 'Mas você tá me ameaçando?' Eu disse 'Porque não tem nem um filho seu, e nem o senhor, nem sua família passando o que eu tô passando, por isso que o senhor tá falando isso.' Aí o pessoal lá da seção dele, todo se levantou, aí um perguntou 'Cê é de onde?' Eu falei 'Eu sou brasileira' e tô atrás de uma coisa que mais preciosa na vida que é a água.' Aí minha filha ele olhou para mim, coçou a cabeça, chamou um moço lá e mandou vim 'vai lá, arruma, manda levar o carro pipa d'água para ela e toda semana manda um carro pipa levar água.'

Ainda acerca do abastecimento de água D. Ana Maria de Jesus nos conta:

Eles botavam uma torneira, ficava assim no mato e era uma briga, que a gente para enfrentar uma fila de 580 latas que até hoje não me esqueço. Para a gente conseguir pegar duas, três latas d'água em um carrinho às vezes ia com seis, passava o dia todinho para pegar seis. O dia todinho buscando água. O dia todo, hoje eu falo assim, eu vejo água aqui na torneira, tanto que eu já sofri, quem me conhece fala assim 'dona Ana, a senhora é uma mulher muito forte.' Porque eu bancava carrinho d'água, o barrigão e meus filhos nascia, não escapava por causa dos pesos que eu pegava. (Depoimento Ana Maria de Jesus - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p. 14)

Severina Etelvina também traz suas contribuições e esclarecimentos sobre o fornecimento de água em Ceilândia em seus primeiros anos:

Tu pensa que nós "banhava" os meninos todo dia? Não tinha água, o carro pipa passava de 15 em 15 dias, ou de 8 em 8 dias, enchendo aqueles tambores, o povo vinha de noite e roubava. [...] Um dia minha filha, eu não tinha água nem para fazer a comida, eu fui pra caixa d'água, que primeiro eles fizeram aquela caixa d'água ali, não sei se você

alcançou, que tem hoje. Aí eu cheguei lá: 'Moço.' 'Quê que foi:?' Aborrecido. 'Moço, pelo amor de Deus solta a água aí pra ir pra casa' que nós já tínhamos encanada, 'em casa num tem uma gota d'água, nem pra lavar roupa, nem pra dar banho em menino nem nada'. 'Não, mas eu num posso fazer isso.' 'Cê num pode não né?' 'Não, infelizmente não'. 'Amanhã o senhor vai ver, eu e minhas vizinha tudo encostar aqui com a meninada para tomar banho, lavar roupa e levar roupa limpa pra casa tá bom?' Quando eu cheguei em casa a água já estava nas torneiras. A gente não tem que ser assim minha filha. É, pelos direitos da gente, minha filha fizeram isso, mas foi uma bênção, daí pra cá não faltou mais água. (Depoimento Severina Etelvina do Nascimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p. 10)

Sobre a iluminação pública, o depoimento de D. Toinha confirma: “não tinha nem poste. Três anos depois, foi em 73 que nós colocamos luz. A gente tinha o ferro de brasa e também o lampião. Quem não tinha o lampião, tinha lamparina.” Os demais serviços comunitários, como serviços de saúde, educação, transporte e asfaltamento, foram consolidados apenas em 1982.

Ceilândia não era mais um ponto perdido no Planalto Central. O cerrado fora desbravado, a cidade edificada e parcialmente urbanizada, graças, principalmente, ao trabalho não pago de seus moradores, mobilizados pelo Estado através do mutirão. Mesmo a arborização das ruas e a abertura de esgotos se realizaram mediante sobre o trabalho gratuito extraído dos moradores (AMMANN, 1987, p. 27).

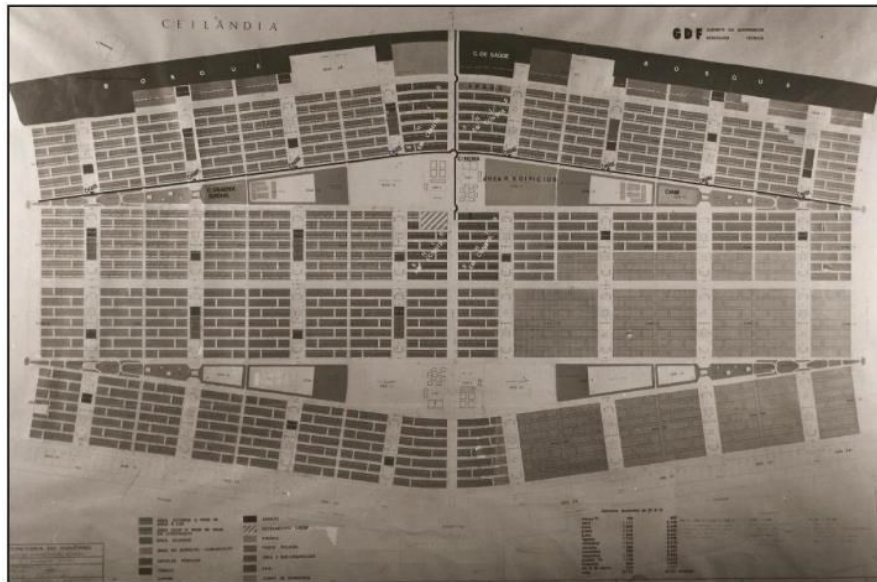
Entre as muitas e constantes reclamações, no que diz respeito às remoções, uma delas era a distância de Ceilândia para o Plano Piloto, local de trabalho de muitos moradores. O percurso que antes poderia ser feito de bicicleta ou caminhando, agora deveria ser feito de ônibus, que além de pago, levava cerca de uma hora para chegar ao destino (TAVARES, 1981, p. 42). Além dessas adversidades, o trajeto da moradia até o ponto de ônibus improvisado também era uma preocupação, já que o trajeto era em média de 5 km (TAVARES, 1981, p.24). Sobre o transporte coletivo e a falta de pavimentação na recém criada cidade-satélite, a depoente fala sobre as dificuldades dos moradores:

[...] quando nós chegamos aqui a Alvorada colocou uns ônibus, ali na 5, na Norte. Você vê bem, os ônibus ficavam aqui na 5, Ceilândia Norte, a gente pegava o ônibus, ele fazia aquele trajeto todo para ir prá Taguatinga, então essa parte aqui não tinha condução, todo mundo tinha de se deslocar para cima. Depois da feira. Quem morava de lá subia, vinha de encontro que os da 9, da 25, da 23, todo mundo tinha que subir, era muito difícil. [...] Não era nada, só muita terra, lama na época da chuva e o resto era poeira. Poeira de ter hora assim da gente... nessa distância aqui ninguém enxergar uma à outra, não enxergava, porque não era poeira era uma terra, tinha um vento roncador, ele fazia assim (vú, vú, vú), a gente ficava caçando se era avião, isso era o vento. (Depoimento Antônia Alves da Silva - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p. 8)

Ainda conforme Leite (2016), o modo como se deu a remoção moldou a forma como a recém formada comunidade de Ceilândia era vista; partindo do tratamento recebido pelo governo, de “favelados invasores”, a cidade e seus moradores passaram a ser vistos de maneira depreciativa e sempre associada à violência. “A imagem de Ceilândia, tanto no Plano Piloto quanto nas outras cidades-satélites de Brasília, é a de uma cidade violenta, tomando-se por base o noticiário da imprensa e as ocorrências policiais que ali se registram”

(VASCONCELOS, 1988, p. 94). Até mesmo o projeto urbanístico da cidade recebeu essa tratativa. O projeto tem autoria do arquiteto Ney Gabriel de Souza e era composto por dois eixos cruzados em ângulo de 90 graus, constituindo a figura de um barril.

Figura 1: SEQ Figura \\* ARABIC 2 - Planta Urbana de Ceilândia.



Fonte: Governo do Distrito Federal – RA Ceilândia

O desenho urbanístico de Ceilândia no contexto de violência, criminalidade e marginalização já colocados renderam o “apelido” de barril de pólvora, disseminado pela imprensa e por moradores do DF, e mostra a visão construída de Ceilândia e dos ceilandenses.

Atualmente, de acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2018), a Ceilândia está distribuída entre os setores sul e norte, que contemplam a Ceilândia (tradicional) Centro, Guariroba, Setores “P”, Setor “O”, Expansão do Setor “O”, QNQ/QNR. Sendo a Região Administrativa a mais populosa do Distrito Federal.

Segundo o portal da Secretaria de Estado de Cultura do DF têm-se 31 bens tombados pelo GDF – Governo do Distrito Federal, sendo que 16 deles se localizam na RA-I, Plano Piloto/Brasília e os outros 14 estão localizados nas demais RAs – Regiões Administrativas. É importante que se pense qual o significado desses números: a cada um dos processos de tombamento realizados pelo Iphan ou pelo GDF é fundamental se questionar o porquê da escolha de se tombarem esse patrimônio e não outro. É necessário pensar nesse bem no passado, mas também é essencial pensar no seu contexto no presente. A resposta dada às questões que cercam as escolhas envolvidas em um tombamento poderiam ter resposta simples de que o bem foi escolhido para tombamento devido às entidades competentes ou às próprias comunidades, no entanto, na averiguação feita na Secretaria de Estado de Cultura do DF percebeu-se que muitos bens tombados em Brasília não foram iniciados dessa forma, com a instrução de um processo ou pedido de tombamento. E dessa maneira o questionamento se mantém: por que em dado momento houve a escolha pelo tombamento de um bem e não do outro?

A Constituição Federal de 1988 garante a autonomia política do Distrito Federal no



tocante à proteção ao patrimônio, isso se dá especificamente nos artigos 215, 216 e 216-A, artigos já tratados anteriormente e que, além de trazerem o processo de descentralização da política de patrimonialização, tratam também dos diversos grupos sociais do Brasil, por reconhecimento de sua cultura por meio do patrimônio cultural. Segundo a legislação, a definição do que é ou não considerado patrimônio cultural deve contar com a participação popular e, desse modo, abarcar as diversidades culturais do país.

A discussão acerca de qual bem deve ser tombado traz à tona outras discussões reveladoras sobre identidade, cultura, memória e esquecimento. Olhar o patrimônio na perspectiva de Ceilândia e de suas moradoras no seu período inicial e, também de estudantes de uma de suas escolas do campo, é dar ouvido a vozes silenciadas

A história de Ceilândia é também a história de muitas mulheres silenciadas e invisibilizadas pelo “barril de pólvora”. Anas, Antônias, Severinas e tantas outras mulheres e suas emoções são os alicerces das transformações urbanísticas, sociais e culturais ocorridas em Ceilândia ao longo do tempo; foram essas emoções que se converteram em luta e em melhorias para a Região Administrativa. A emoção, tão associada à fraqueza, se converte na força propulsora na luta pela sobrevivência e contra as desigualdades.

Com o intuito de evidenciar os significados e ressignificações do patrimônio de Ceilândia no entendimento e narrativas dos estudantes, para que dessa forma lugares não sejam somente lugares e sim mobilizadores de memórias para que as histórias das mulheres sobre Ceilândia permaneçam vivas através dos rastros da cidade. “[...] o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Os processos que buscam por identidade e pertencimento podem e devem fazer uso do passado em suas construções, na forma de questionamento e problematização.

### **Patrimônio cultural afetivo de Ceilândia**

Brasília tem sua concepção baseada em parâmetros modernistas. Seu urbanismo e arquitetura simbolizam não só os traços da nova capital, como também o estágio desenvolvimentista do Brasil. No momento de sua construção, pressupunha-se que o modelo arquitetônico e o plano urbanístico moldariam o modo de vida e as interações sociais. Nos planos de construção das Super Quadras de Brasília, Asa Sul e Asa Norte, os espaços são muito bem determinados de forma setorizada e organizada por siglas (CRS – Comércio Residencial Sul, SCN – Setor Comercial Norte, SCS – Setor Comercial Sul, SCTS – Setor Cultural Sul, SDC – Setor de Divulgação Cultural, SDN – Setor de Diversões Norte, SDS – Setor de Diversões, Sul, CLN/CLRN – Comércio Local (Residencial) Norte, CLS – Comércio Local Sul) dessa forma as principais funções programadas por Lúcio Costa para Brasília, que são “morar, trabalhar, divertir-se e circular”, são legitimadas pela organização espacial.

Contudo, uma dinâmica social não planejada foi criada pelas diferentes culturas regionais trazidas pelas construtoras e construtores da capital, assim, a “cidade de pedra e a cidade de carne” se encontram e algumas interações sociais não cabem nas siglas da cidade planejada, e é nas Regiões Administrativas que as redes de relações sociais são ampliadas e se tornam referências culturais, e dessas relações sociais surgem cultura e afetividade e assim, por vias diferentes das tradicionais, têm-se os patrimônios culturais afetivos, locais e as manifestações que são referências de cultura, história e também de afetos da comunidade para com as cidades.

O entrelaçar de saberes presentes na pesquisa e as interações promovidas por ela

elencar e inventariar o patrimônio cultural afetivo da RA IX, Ceilândia, conforme apontado pelos estudantes participantes da construção da pesquisa. São eles: a Caixa d'água de Ceilândia, a Feira central, a Casa do cantador e a Praça do Cidadão. Na visão dos estudantes, tais locais se constituem como lugares de referência histórica, cultural e afetiva. Assim, compreendemos lugares de referência na história como diversos e múltiplos, e seus significados e relevância devem ser conferidos pelo viés daqueles que os utilizam. Os Cadernos do Patrimônio Cultural, publicados pelo Iphan, estabelecem que somente os espaço e aspectos físicos não são capazes de transformar um local em local de referência; é a afetividade que dota tal local de sentido. Guiados por esse pensamento, seguiu-se a a escolha do patrimônio cultural afetivo de Ceilândia pelos estudantes do 2º ano do ensino médio do C.ED.INCRA 09. A escolha foi pautada pela análise dos depoimentos orais de Ana Maria, Antônia e Severina, e também de aulas oficinas, nas quais traçamos reflexões sobre a criação da RA IX, Ceilândia, e saídas de campo aos lugares de memória e referência da RA.

Os estudantes participantes da construção da pesquisa apontaram a Caixa d'água como um patrimônio que promove conhecimento histórico e identitário, um símbolo de Ceilândia e de seus moradores que conectam passado e presente.

Eu passava direto pela Caixa D'água e achava que era só uma caixa D'água esquisita, mas quando eu conheci a história que tem por trás eu vi que tem muito a ver com o que acontece em Ceilândia e no mundo hoje. (Aluno, 17 anos)

Sobre a Feira Central de Ceilândia, os estudantes demonstram a compreensão da importância para a construção identitária da RA, assim como a relevância da mesma na preservação dessa identidade, e por isso a elencaram como Patrimônio Cultural.

A feira faz a gente se lembrar de onde viemos, e faz pensar em como os primeiros moradores se juntaram pra ter até mesmo como fazer compras e não perder suas raízes. (Aluna 16 anos)

A Casa do Cantador é uma edificação projetada por Oscar Niemeyer, uma das poucas localizadas no DF fora da RA I e se identifica como lugar de referência na preservação da cultura nordestina presente na formação da R.A de Ceilândia e de seus moradores atuais, em sua grande maioria descendentes de nordestinos.

A literatura de cordel, a poesia e o repente são a mola propulsora para que a Casa do Cantador contribua para manter vivas as tradições nordestinas que estão na formação da identidade da RA IX desde que os primeiros moradores foram removidos para a área. Contudo, nos últimos anos a Casa do Cantador tem tentado uma aproximação com as novas gerações de Ceilândia e vem associando o repente ao movimento Hip hop e às batalhas de rima próprias do movimento, que possuem bastante representatividade, em Ceilândia. As percepções dos estudantes sobre a escolha da edificação como patrimônio afetivo de Ceilândia.

É legal porque a gente consegue ver o passado, mas também consegue ver o tempo de agora. Eu mesmo vejo meu avó que é pernambucano e me vejo também. (Estudante, 15 anos)

O Patrimônio Cultural não precisa ficar parado no tempo, pode manter as características e trazer outras coisas pra fazer sentido conforme o tempo for passando. (Estudante, 16 anos)

A Casa do Cantador foi feita pelo Oscar Niemeyer mas como fica na

Ceilândia é diferente, não tem turista vindo ver, nem considerado patrimônio. É por isso nós aqui da Ceilândia precisa conhecer e preservar pra manter viva a história, porque é uma história que também merece ser contada. (Estudante, 16 anos)

A Praça do Cidadão, localizada próximo ao centro de Ceilândia, na EQNM 18/20, A/E, é o ponto de encontro de jovens e da cultura da Ceilândia. É uma referência na região, com muitas árvores, a praça conta com um parque infantil, quadra poliesportiva, espaço cultural, coreto e com uma Agência do Trabalhador, que oferece, segundo seu próprio site, serviços de intermediação de emprego, emissão da Carteira de trabalho, seguro desemprego, orientações gerais sobre linhas de crédito para micro empreendedores e cursos de qualificação/capacitação, e também com uma farmácia de alto custo<sup>3</sup>. Abriga também um galpão cultural onde acontecem apresentações e performances artísticas e é a sede do projeto “Jovem de expressão”. O projeto, iniciado no ano de 2007, trata de questões presentes nas vidas dos jovens da periferia como vulnerabilidade e violência, desenvolvendo debates e ações que visam, contribuir com a formação e com o protagonismo do jovem da periferia.

Ao refletir sobre a Praça do Cidadão, os estudantes se utilizaram de diversas perspectivas temporais, levando em consideração representações do passado e de futuro.

A gente percebe que essa praça é importante pra Ceilândia porque envolve a cidadania que durante muito tempo o morador queria ter, pro passado a agência do trabalhador e aqui perto era muito importante e também a farmácia, ninguém precisava pegar ônibus e ir pra longe resolver essas coisas, era oportunidades que o povo precisava na época e hoje com o Jovem de expressão a praça continua oferecendo a oportunidade que o povo precisa. Por isso que eu acho importante esse lugar, ele representa muita coisa pra nós da Ceilândia, é oportunidade de melhorar de vida, seja pelas coisas do governo ou pela cultura e arte do projeto. (Estudante, 16 anos)

É uma pena que ela não seja conhecida, eu nunca tinha vindo aqui, quando a professora falou desse lugar na aula eu fiquei ansiosa pra conhecer porque ele tem a nossa cara e oferece muita coisa que a gente gosta. (Estudante, 17 anos)

Se patrimônio é o que a gente quer preservar, eu quero preservar a Praça do Cidadão. (Estudante, 16 anos)

Associar patrimônio cultural, história das mulheres e afetividade se mostrou ao longo da escrita algo desafiador, visto a dificuldade de encontrar materiais alinhados ao estudo. No entanto, acreditamos que perceber e analisar os bens culturais sob essa ótica, oportuniza novas leituras e novos caminhos para um patrimônio cultural reconhecido, não somente pelos processos e livros de tombamento, mas sim pela comunidade que os cerca, contribuindo para que a sociedade se estabeleça por uma ótica em que as mulheres e suas histórias sejam vistas e ouvidas e valorizadas.

## Referências

ALVES, Lara Moreira. A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade. *Revista de História da Arte e Arquitetura*. Campinas - SP: Programa de Pós-Graduação em História, v. 2. n. 2, p. 123-132, 2005.

---

<sup>3</sup> Segundo a estimativa da Secretaria de Saúde do DF 350 mil medicamentos sejam entregues por mês na unidade.

AMMANN, Safira Bezerra. *Os incansáveis: Movimento popular de Brasília*. Brasília: Cortez Editora, 1987.

CHUVA, Marcia. *Arquitetos da Memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Cléria Botelho da; BARROSO, Eloísa Pereira (orgs.). *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*. Brasília: EdUnB, 2015.

DERNTL, Maria Fernanda. O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Reg.* São Paulo, v. 21, n. 1, p. 26-44, 2019.

FENELON, Déa R. São Paulo: Patrimônio histórico-cultural e referências culturais. *Revista Projeto História: Espaço e Cultura*, São Paulo: EUC, n. 18, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e patrimônio - ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GRAVARI-BARBAS, M. O sangue e o solo. O patrimônio, fator de pertencimento de um território urbano. *Geosaberes*. Fortaleza, v. 5, n. especial (1), p. 24-33, 2014.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasileira, 1981.

JESUS, Ana Maria de. Depoimento - *Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002.

LEITE, Ivanise. *Emoções, Sentimentos e Afetos: uma reflexão sócio-histórica*. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2005.

LEITE, Daniela Carvalho Bezerra. *Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: Feira permanente da Ceilândia/DF*. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

LONDRES, Maria Cecília. *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 441-481.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, 2008.

MESQUITA, Évellin Lima. *Ceilândia: patrimônio-territorial e turismo*. Monografia (Graduação em Turismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

NASCIMENTO, Severina Etelvina. Depoimento - *Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-96, 2005.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru SP: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, LANGUE, Frederique (orgs.). *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. *I Journée d'Histoire des sensibilités*, Paris, EHESS, 04/03/2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 73-94, 1995.

SILVA, Antônia Alves da. Depoimento - *Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002.

TAVARES, Nadir. *Ceilândia, ontem, hoje... e amanhã?*. Brasília-DF, Brasília, 1981.

TAVARES, Breitner Luiz. *Feira do Rolo: na pedagogia da malandragem: memória e representações sociais no espaço urbano de Ceilândia-DF*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

VASCONCELOS, Adirson. *As cidades satélites de Brasília*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

### Notas de autoria

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (CPTL/UFMS) e do ProfHistória da UFMT, na graduação em História/FACH/UFMS. Tem doutorado em História Cultural (UFSC). Pós Doutora em História pela Unicamp. Pesquisadora externa do CITCEM/Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Portugal. Coordena o Grupo de Pesquisa: Ensino de História, Mulheres e Patrimônio. Membro da ANPUH, Apehun/Argentina. Coordenadora de área do projeto Residência pedagógica/UFMS. E-mail: [jaqueline.zarbato@gmail.com](mailto:jaqueline.zarbato@gmail.com)

Sandra Maria Rodrigues é professora de Educação Básica do Distrito Federal (SEDF) , especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás - UFG , Mestre pelo Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Experiência na área de História do Brasil República, História da África, Patrimônio Cultural, didática do ensino de História, História das mulheres, documentos e narrativas. E-mail: [sandra.rodrigues@edu.se.df.gov.br](mailto:sandra.rodrigues@edu.se.df.gov.br)

**Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista**

RODRIGUES, Sandra Maria; ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. De Ana Maria à Severina: o patrimônio cultural afetivo, as emoções e memórias em Ceilândia/DF. *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 46, p. 263-284, 2022.

**Contribuição de autoria**

Não se aplica

**Financiamento**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica

**Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica

**Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

**Histórico**

Recebido em 06/01/2022.

Modificações solicitadas em 28/03/2022.

Aprovado em 14/05/2022.